



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Processo Digital nº: 336/2025

Contratação de empresa para prestação de serviço comum de engenharia nos moldes do art. 6º, XXI, "a", da lei 14.133/2021, visando a substituição da tubulação de recalque para a torre de reservação de água potável localizada na área externa da edificação.

Índice

1. Condições Gerais da Contratação	2
2. Fundamentação e descrição da Necessidade da Contratação	4
3. Descrição da Solução Com Um Todo Considerado o Ciclo de Vida do Objeto e Especificação do Produto	4
◦ Orientações gerais	
◦ Detalhamento de atividade	
4. Requisitos de Contratação	06
◦ Normas	
◦ Documentação oficial do fabricante	
◦ Indicação de amrca/modelo/fabricante	
◦ Vistoria Técnica	
◦ Garantia da contratação	
◦ Subcontratação	
◦ Consórcio	
5. Modelo de execução do objeto	08
◦ Garantia dos serviços	
◦ Penalidades	
◦ Obrigações específicas da partes	
6. Modelo de Gestão do Contrato	11
7. Critérios de Medição e Pagamento.....	13
◦ Recebimento	
◦ Prazo para pagamento	
8. Forma e critério de seleção do fornecedor.....	16
◦ Da habilitação	
◦ Da contratação	
9. Estimativas do valor da contratação	18
10. Adequação Orçamentária	18
Apêndices	18

Apêndice 1 - Planilha Orçamentária. Documento para download em separado.

Apêndice 2 – Planilha BDI. Documento para download em separado.

Apêndice 3 – Elementos gráficos e modelos referenciais

Apêndice 4 – Fotos ilustrativas



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Projeto Básico

Processo Digital nº 336/2025

1. Condições Gerais da Contratação

1.1 Contratação de empresa para prestação de serviço comum de engenharia nos moldes do art. 6º, XXI, "a", da lei 14.133/2021, visando a substituição da tubulação existente em pvc por tubulação de cobre no trecho de alimentação da torre elevada, compreendendo a extensão a contar da casa de bombas localizada no subsolo da edificação até a torre no pavimento térreo, que será detalhadamente pormenorizada neste projeto básico e seus apêndices. Serviço comum de engenharia, por escopo, procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com modo de disputa aberto, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global, sem dedicação exclusiva de mão de obra, fornecimento por fornecedor único. Prazo de execução: 30 (trinta) dias.

1.2 Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Projeto Básico, prevalecem as disposições deste Projeto Básico.

1.2.1 A contratação em tela não possui Catálogo Eletrônico de Padronização conforme consulta realizada no Portal Nacional de Compras Públicas.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, em conformidade com o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.

1.4 O objeto/serviço será adquirido de forma global, por escopo, devendo ser fornecido por único contratado sendo seu parcelamento prejudicial tecnicamente em razão da multiplicidade de componentes e sequência de execução.

1.5 Para a perfeita execução do escopo do objeto, estão relacionados todos os detalhes executivos no presente projeto básico.

1.6 Ressalta-se que os documentos constantes neste documento, assim como todas as ponderações constantes no presente Projeto Básico, atenderam o inciso XXV do art. 6 da Lei 14.133/2021:



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

“ a) (...);

b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas;

c) identificação dos tipos de serviços a executar e dos materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como das suas especificações, de modo a assegurar os melhores resultados para o empreendimento e a segurança executiva na utilização do objeto, para os fins a que se destina, considerados os riscos e os perigos identificáveis, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

d) informações que possibilitem o estudo e a definição de métodos construtivos, de instalações provisórias e de condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendidos a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;

f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados, obrigatório exclusivamente para os regimes de execução previstos nos artigos 45 e 46 dessa Lei, no que couber;”

1.8 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

1.9 O órgão ou entidade poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

1.10 Todos os custos necessários para execução do objeto especificados neste Projeto Básico deverão ser contemplados na Proposta Comercial da licitante, de tal modo que, sendo Contratada, tenha condições de realizar o fornecimento sem ônus adicionais à Alesp.

1.11 Regime de execução: empreitada por preço global.

1.12 O presente projeto abarca especificações precisas, suficientes e claras, não contendo qualquer excesso que frustre a competitividade, ou ainda, inviabilize a participação de qualquer interessado.

1.13 A análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual encontra-se discriminada no Estudo Técnico Preliminar.

1.14 No caso de dúvidas relativas à pretendida contratação, a proponente deverá dirigir-se à fiscalização do presente contrato, via contato com a Divisão de Manutenção na



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, subsolo, sala S16/S17, onde as mesmas serão esclarecidas, ou ainda, pelo telefone (11) 3886-6324 ou 3886-6870, dmc-gestao@al.sp.gov.br.

2 Fundamentação e descrição da Necessidade da Contratação

2.1 Justifica-se a iniciativa considerando:

(i) Necessidade de substituir a tubulação por material adequado considerando a pressão a que é submetida a tubulação quando em recalque. O cobre apresenta maior durabilidade do material, resistência a alta pressão de trabalho, resistência nas junções de conexões uma vez que soldadas, alta resistência mecânica, diâmetro útil adequado para a vazão considerada a potência das bombas do parque, tendo também propriedades anticorrosivas, condição ideal para o pretendido, ou seja, tubulação de água potável.

(ii) Ainda, embora esta administração conte com equipe própria de manutenção, a mesma não se destina a substituição de elementos no porte proposto, nem tampouco, esta administração possui os insumos para a pretendida intervenção.

3 Descrição da Solução Com Um Todo Considerado o Ciclo de Vida do Objeto e Especificação do Produto (art.6º, inciso XXV, "b", Lei Federal n.º 14.133/2021)

3.1 A solução apresentada, substituição da tubulação em pvc atualmente utilizada por tubulação em cobre, soma ganhos, dentre eles, a durabilidade do material, resistência a alta pressão de trabalho, resistência nas junções de conexões uma vez que soldadas, alta resistência mecânica, diâmetro útil adequado para a vazão considerada a potência das bombas do parque.

3.2 A solução proposta tem seu ciclo de vida duradouro pelos materiais empregados e, somados a manutenção regular, ultrapassa 20 (vinte) anos. Todos os materiais e serviços aplicados deverão obedecer ao prescrito pelas Normas vigentes.

3.3 Para o perfeito atendimento do disposto neste Projeto Básico, o fornecimento deverá contemplar a execução dos serviços relacionados nos documentos apensados que, somados, instruem o procedimento.

3.3.1 O objeto deverá ser executado no edifício sede da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, localizada na Avenida Pedro Álvares Cabral, 201, São



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Paulo/SP.

3.3.2 Os serviços serão executados sem restrição de horários, respeitando-se a jornada trabalhista máxima, podendo ser organizados a critério da CONTRATADA, turnos de trabalho. A tabela de turnos e escala de trabalho são de responsabilidade da CONTRATADA.

3.3.3 É responsabilidade da CONTRATADA o controle de ponto de seus profissionais em atenção à escala de trabalho proposta e sua estratégia comercial.

3.3.4 Devem ser consideradas todas as interferências na realização do objeto como atenção ao manipular fiações elétricas e de dados, remoção e reinstalação de qualquer peça necessária para a execução do trabalho.

3.3.5 A intervenção será realizada nas seguinte etapas:

3.3.6 **Orientações gerais** – A contratada deverá elaborar e apresentar, previamente, seu plano de ataque, por fase/etapa, para desmontagem e montagem da tubulação, devendo inicialmente mapear toda a instalação existente para, quando necessário, reinstalar no lugar original devendo, caso preciso, elaborar “as built” de toda a instalação local.

3.3.7 A tubulação existente deverá ser retirada e dispensada uma vez que não se pretende seu reaproveitamento. Ainda assim, de notar que a tubulação existente ficará operacional até que a nova esteja pronta para interligação evitando dessa maneira a interrupção do fornecimento. Todo material existente no local, ainda que não se destine a reaproveitamento, deverá ter autorização da fiscalização da contratada para sua retirada do edifício pela necessidade de conferência de itens eventualmente patrimoniados.

3.3.7.1 As características e sequência de montagem deverão seguir sequência lógica de montagem em observância às melhores técnicas, portanto, vistorias prévias são recomendáveis para elucidar eventuais dificuldades na execução.

Detalhamento de atividade

3.4 Montagem de tubulação que compreende o trecho da casa de bombas no subsolo da edificação até a torre de reservação elevada.

3.4.1 Montagem do cavalete de ligação hidráulica na casa de bombas com dispositivos e conexões;

3.4.2 Montagem e fixação da tubulação horizontal com dispositivos e conexões no



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

subsolo elevando até a base da torre de reservação;

3.4.3 Montagem da tubulação vertical através de andaimes;

3.4.4 A montagem horizontal contará com a desmontagem de parte do forro existente que deverá ser recomposto pela contratada;

3.4.5 A desmontagem da tubulação existente será realizada após a montagem da nova em paralelo e sua desativação apenas ocorrerá no momento da interligação;

3.4.6 A sequência de montagem deverá ser observada valendo-se do elemento gráfico disponível em conjunto com a fiscalização.

3.5 A CONTRATADA deverá isolar a área e sinalizar adequadamente a fim de garantir a segurança dos usuários do edifício.

3.6 Bota fora diário de todo entulho e sujidades provenientes da execução dos serviços e limpeza dos locais, de forma que não haja acúmulos, evitando-se assim, a dispersão de pó e detritos no ambiente de trabalho.

3.7 Conferir destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da execução do objeto do contrato, nos termos da Resolução CONAMA nº 307/2002.

3.8 A totalidade das informações necessárias para a perfeita execução compreende o somatório do descrito neste projeto básico, acrescidos das informações constantes nos apêndices (planilhas, elementos gráficos, plano de ataque a ser ofertado pela contratada em momento oportuno, material de referência, etc).

3.9 As atividades realizadas em altura e espaço confinado nos moldes das NR 35 e 33, deverão contar com supervisão integral do responsável pela segurança do trabalho, devendo a contratada otimizar o tempo desse profissional em campo.

4 Requisitos de Contratação

(I) Contratação de empresa de engenharia ou arquitetura com as devidas comprovações de aptidão técnica;

(II) Corpo técnico comprovadamente apto;

(III) Apresentação de caução;

(IV) Atendimento aos requisitos de sustentabilidade conforme diretrizes do CONAMA nº 307/2002, devendo observar as boas práticas, técnica e ambientalmente



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

recomendadas, quando da realização de serviços e/ou fornecimento de bens, que correrão sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;

(V) Atendimento a especificações constantes no Edital;

(VI) Atendimento às prescrições e recomendações dos fabricantes e materiais solicitados.

4.1 Prazo de execução previsto: 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado se presentes os requisitos exigidos pela legislação vigente.

Normas

4.2 Todos os materiais e serviços deverão atender às normas vigentes no país e, em caso de ausência de norma específica, deverá ser adotada norma internacional.

Indicação de marca/modelo/fabricante

4.3 A indicação de imagem/marca/modelo/fabricante dos produtos, quando houver, é apenas referencial podendo ser ofertada outra desde que atenda as especificações solicitadas no Projeto Básico.

Vistoria técnica:

4.4 É recomendável que as empresas interessadas efetuem Vistoria Técnica ao Local onde serão realizados os serviços de forma a verificar as condições locais, principalmente, no que diz respeito às quantidades envolvidas, detalhes de execução, interferências existentes no local, horários de trabalho, verificação da área de isolamento, etc. Para tanto, as interessadas deverão contatar a Fiscalização até um dia útil da data da dispensa eletrônica. Importante que as interessadas considerem a importância da vistoria, pois, a realização da mesma resulta, em sua absoluta maioria, em oportunidade de esclarecimentos que, quando dirimidos previamente, oferecem aos participantes maior segurança na precificação, evitando também, situação recorrente, diversos pedidos de esclarecimentos durante o processo licitatório e, por vezes, no decorrer da sessão da dispensa eletrônica demonstrando desconhecimentos que poderiam ser facilmente sanados.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Garantia da contratação

4.5 A CONTRATADA deverá apresentar garantia da contratação nos moldes exigidos pela administração, que contemple o período a contar da assinatura do contrato até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, compreendendo 30 (trinta) dias após o prazo de execução do contrato atestado pelo Termo de Recebimento Provisório.

Subcontratação

4.6 A subcontratação será vedada em sua totalidade.

Consórcio

4.7 Da formação de consórcio.

4.7.1 É permitida a formação de consórcio nos termos previstos no art. 15 da lei 14.133/2021.

5 Modelo de execução do objeto

Garantia dos serviços

5.1 O prazo de garantia/validade dos produtos e serviços compreende 60 (sessenta) meses a partir do termo de recebimento definitivo, prevelecendo, quando maior que este prazo, a garantia/validade dada pela Contratada, pelo fabricante ou decorrente de lei.

5.2 A substituição dos produtos e refazimento dos serviços compreenderão 15 (quinze) dias corridos.

5.3 A referida garantia não se assemelha a assistência técnica significando a inexistência de obrigações futuras.

5.4 O objeto deverá ser executado no edifício sede da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, localizada na Avenida Pedro Álvares Cabral, 201, São Paulo/SP.

Penalidades



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

5.5 O descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas neste instrumento e fixadas no Projeto Básico importará a aplicação das seguintes penalidades:

5.5.1 Advertência, quando não justificada a imposição de penalidade mais grave;

5.5.2 Multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado na execução, sobre o valor do (s) item/fase/etapa (s) prejudicados pela conduta do fornecedor, ainda que decorrente de obrigação acessória;

5.5.3 Multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor efetivado do item prejudicado/fase/etapa pela conduta do fornecedor, ainda que decorrente de obrigação acessória, salvo se essa puder ser individualizada, inclusive em relação aos seus custos;

5.5.4 Impedimento de licitar e contratar no Âmbito da administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

5.5.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que impedirá o responsável de licitar e contratar no Âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

5.5.6. As multas previstas e demais sanções legais são independentes;

5.5.7 A aplicação de multa poderá ser cumulada com as sanções previstas nos subitens 5.5.1, 5.5.4, 5.5.5;

5.5.8 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei 14.133/2021).

Obrigações Específicas das Partes

Da Contratada

5.6 Obriga-se a Licitante vencedora:

a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do contrato, limitada ao quantitativo de cada item;

b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

legislação em vigor;

c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do Edital, devendo, inclusive, recolher ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou equivalente, no prazo de até 15 (quinze) dias a contar da assinatura do termo de início (OES/CONTRATO/AC);

d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;

e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante quando da entrega do produto/serviço;

f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato;

h) manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

i) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

j) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

m) manter endereço eletrônico (e-mail) e telefone válidos para fins de comunicação com a Contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

n) demais condições constantes do Edital.

5.6.1 A falta do produto, cujo fornecimento incumbe à contratada, não poderá ser



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste Projeto Básico, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos bem como as demais condições estabelecidas.

5.6.2 Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição às suas próprias custas para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados.

Da Contratante

5.7 Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento do objeto, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à Contratada informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do Edital.

6 Modelo de Gestão do Contrato

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme previsto no art.115, §5º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

6.3 As comunicações entre a Alesp e a contratada devem ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim. A execução do contrato deverá ser acompanhada por uma comissão de fiscalização com, no mínimo, três membros indicados pelo Departamento de Infraestrutura, coincidentes ou não, com os fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (lei 14.133/2001, art. 117, § 1º).

6.3.1 A fiscalização do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 A fiscalização do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, A Alesp poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização e ataque, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.7 A Alesp poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.8 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, a fiscalização do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a sua correção.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

6.9 A contratada será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.10 A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo contratante (Lei 14.133/2021, art. 120).

6.11 Somente a contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.11.1 A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7 Critérios de Medição e Pagamento

7.1 Recebimento

7.1.1 Os serviços serão recebidos se estiverem em acordo com as especificações do Projeto Básico e demais detalhamentos, ou possuírem especificações de qualidade superior.

7.1.2 O critério de medição obedecerá ao que segue adiante:

7.1.2.1 Com a lavratura de Atestado de Execução de Serviço, conforme cumprida a etapa de execução, em até 03 (três) dias, verificado o pleno e fiel cumprimento a todas as disposições do Projeto Básico e da Proposta Comercial;

7.1.2.2 Com a lavratura de Termo de Recebimento Provisório, em até 03 (três) dias, após a lavratura do último Atestado de Execução de Serviço, desde que tenham sido observadas todas as disposições constantes do Projeto Básico e da Proposta Comercial;

7.1.2.3 Com a lavratura de Termo de Recebimento Definitivo, em até 03 (três) dias, decorrido o prazo de observação, fixado em 30 (trinta) dias, contado a partir da lavratura do Termo de Recebimento Provisório, desde que persista a qualidade dos serviços executados



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

e sua conformidade com as exigências do Edital e do Contrato, especialmente as contidas no Projeto Básico e na Proposta Comercial.

7.1.2.4 Os serviços serão medidos em consonância com a etapa executada, verificada e atestada pela fiscalização.

7.1.3 Os critérios de recebimento do objeto e de pagamento serão aqueles definidos no Edital e/ou no Contrato.

7.1.4 A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.1.5 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.1.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.7 O recebimento definitivo, após o decurso do prazo de observação de 30 (trinta) dias, contado do Termo de Recebimento Provisório, desde que verificada a persistência da qualidade do objeto, mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo em até 3 (três) dias.

7.1.8 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.9 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.10 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.11 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.1.12 O requerimento de pagamento, bem como todos os demais documentos de cobrança, deverá ser enviado à fiscalização - Divisão de Manutenção da ALESP, localizado no subsolo do "Palácio 9 de Julho", sala S16/17 - telefone (11) 3886-6870, via correio eletrônico (dmcm@al.sp.gov.br), ou outro indicado, em arquivos com extensão.pdf, pesquisável.

7.2 Prazo de pagamento

7.2.1 O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente da Contratada, observadas as seguintes condições:

7.2.1.1 Apresentação de nota fiscal/fatura acompanhada:

- a) do respectivo Atestado de Execução de Serviço;
- b) da certidão conjunta (negativa de débitos ou positiva com efeitos de negativa) de regularidade de contribuições previdenciárias, de tributos federais e da dívida ativa da União;
- c) da certidão de regularidade em face do FGTS;
- d) da certidão de regularidade em face de débitos trabalhistas, devidamente atualizadas, se necessário for;

7.2.1.2 Em 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação da nota fiscal/fatura ou documento de cobrança equivalente. Caso o dia de pagamento recaia em dia não útil, esse será efetuado no primeiro dia útil antecedente, sendo certo que, mesmo nesse caso, manter-se-á, na fatura, o dia de vencimento.

7.2.2 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

7.2.3 Nas operações internas (fornecedores e prestadores de serviços contribuintes do ICMS no Estado de São Paulo), deverá ser observado, quando da entrega do objeto contratado, a correta emissão da Nota Fiscal, nos termos do Decreto Estadual nº 48.034, de 19 de agosto de 2003.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

7.2.4 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.2.5 Na hipótese do pagamento não ocorrer dentro do prazo previsto do instrumento convocatório ou contratual e a contratada não tiver concorrido para perda do prazo, deverá ser feita a atualização monetária do valor devido, com utilização da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo) ou outro índice que venha a substituí-lo, acrescido de juros moratórios na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata tempore, em relação ao atraso verificado.

7.2.6 Havendo atraso na execução será aplicado o disposto no subitem 5.5 deste Projeto sem prejuízo das demais sanções dispostas nas legislações que regem o presente procedimento.

8 Forma e critério de seleção do fornecedor

8.1 O fornecedor deverá ser selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com modo de disputa aberto, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

Da Habilitação

8.2 Para fins de **Habilitação**, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

8.2.1 **Habilitação jurídica**: aquela constante do Edital.

8.2.2 **Habilitação fiscal, social e trabalhista**: aquela constante do Edital.

8.2.3 **Qualificação Econômico-Financeira**: aquela constante do Edital.

8.3 Qualificação Técnica:

8.3.1 A contratada deverá apresentar sua certidão de registro (pessoa jurídica);

8.3.1.1 Deverá(ão) ser apresentado(s) ainda Atestado(s) de desempenho anterior (Atestado de Capacitação Técnica) em nome da contratada, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços a seguir:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

8.3.1.1.1 Fornecimento e instalação de tubulação em cobre com metragem linear não inferior a 50 (cinquenta), permitido o somatório de atestados.

8.4 A licitante vencedora do certame deverá apresentar proposta e BDI preenchidos obedecendo os serviços relacionados e suas quantidades, além de:

8.4.1 A licitante não poderá inserir ou excluir serviços ou alterar quaisquer quantidades;

8.4.2 Todos os campos de preço unitário deverão ser preenchidos com limite de 02 (duas) casas decimais;

8.4.3 Os cálculos de valor total por serviço deverão ser realizados considerando truncamento em 02 (duas) casas decimais, bem como a soma do valor total da planilha.

Documentação oficial do fabricante

8.5 Por tratar de fornecimento e instalação de materiais de mercado, valendo-se ainda dos itens referenciais que constam na instrução **resta dispensada** a apresentação de documentação oficial do fabricante, bem como, catálogos e afins para os itens de natureza civil.

Da Contratação

8.6 Para fins de Contratação, a licitante deverá apresentar a documentação constante do Edital.

8.6.1 Deverá apresentar a documentação de seu(s) responsável(is) técnico(s) (engenheiro civil/arquiteto), na entidade competente (CREA) ou equivalente, com validade demonstrada na data de apresentação;

8.6.2 Deverá (ão) comprovar o vínculo com o(s) profissional(is) indicados em 8.6.1, detentor(es) Certidão de Acervo Técnico – CAT, ou equivalente, em respeito aos diferentes conselhos profissionais, comprovando aptidão técnica na prestação de serviços de características semelhantes (instalação de tubulações metálicas);

8.6.3 A comprovação do vínculo empregatício do profissional descrito anteriormente será feita mediante apresentação da cópia da Carteira Profissional do empregado onde consta



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

a qualificação e o registro do empregado, ou de contrato de trabalho com profissional, ou Contrato Social da empresa, que preencha os requisitos desta licitação, e se responsabiliza tecnicamente pela execução do contato. Caso seja sócio – proprietário da contratada, as exigências de comprovação de vínculo empregatício será dispensada.

8.6.4 Caso haja necessidade de substituição de um profissional indicado na proposta após a assinatura do contrato, a contratada deverá submeter os mesmos documentos apresentados na fase de licitação, sendo a mesma ou superior a qualificação do profissional, podendo o contratante rejeitar.

8.6.5 A Contratada deverá comprovar, em razão da natureza da contratação, a realização de treinamentos capacitando seus prestadores para trabalhos em altura, NR 35.

8.6.5.1 O certificado de treinamento NR-35 é obrigatório para trabalhadores em alturas superiores a 2 metros, com validade de 2 anos e carga horária mínima de 8 horas, devendo conter o nome do aluno, conteúdo programático, carga horária, data, local, assinatura do instrutor e do responsável técnico (com CREA/CFT/MTE) para garantir validade em todo o Brasil.

8.6.6 Caso exista necessidade de ingresso no interior do reservatório, caracterizando atividade em espaço confinado, a contratada deverá apresentar prontamente os certificados de treinamento em conformidade com a NR 33.

8.6.6.1 O certificado de treinamento NR-33, segurança em espaços confinados, é obrigatório para trabalhadores com exposição a espaços nessas condições, com validade de 1 ano e carga horária mínima de 40/16/08 horas (supervisor/vigia e trabalhador autorizado), devendo conter o nome do aluno, conteúdo programático, carga horária, data, local, assinatura do instrutor e do responsável técnico (com CREA/CFT/MTE) para garantir validade em todo o Brasil.

9 Estimativas do valor da contratação

9.1 O valor estimado da contratação consta do Apêndice I – Planilha Orçamentária.

9.2 Em atendimento ao disposto no art.18, inciso XI, da Lei Federal n.º 14.133/2021, informamos que o orçamento da licitação, constante do Apêndice I – Planilha Orçamentária, não tem caráter sigiloso, sendo divulgado junto com o Edital.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

10 Adequação Orçamentária

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Alesp.

Apêndices

Apêndice 1 - Planilha Orçamentária. Documento para download em separado.

Apêndice 2 - Planilha BDI. Documento para download em separado.

Apêndice 3 – Elementos gráficos e modelos referenciais.

Apêndice 4 – Fotos ilustrativas

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
10/10/2025	1.0	Finalização da primeira versão do documento	Juliano Petrolina de Almeida
03/11/2025	2.0	Versão retificada por solicitação da C. Contratos	Juliano Petrolina de Almeida
11/11/2025	3.0	Versão retificada por solicitação da C. Contratos	Juliano Petrolina de Almeida
03/03/2026	3.0	Versão revisada por solicitação da PA	Juliano Petrolina de Almeida

Juliano P. Almeida

Also - Matrícula 15.149

DMAN – 03/03/2026



Assinado por : ALINE CASTRO RODRIGUES:03050542608

Data assinatura :04/03/2026 13:51:08